

A MODERNIDADE REFLEXIVA E O SEU PRÍNCIPE: NOVOS CAMINHOS NA CONSTRUÇÃO DA VONTADE COLETIVA

Patrick Ely Pinheiro*

Daniel Henrique Da Mota Ferreira**

REFLECTIVE MODERNITY AND ITS PRINCE: NEW PATHS IN THE CONSTRUCTION OF THE COLLECTIVE WILL

Resumo

O Atual contexto político tem imposto importantes desafios para pesquisadores que se proponham a se debruçar sobre ele. Dentre as várias questões que se impõem, o desgaste das estruturas convencionais de articulação política desponta com relevância particular, necessitando de uma abordagem ampla e profunda, para além dos jargões e da polarização. A presente pesquisa busca entender como o partido Podemos superou os problemas ligados a crise de representação institucional e pôde se tornar um “novo príncipe moderno”, no sentido dado por Gramsci. Nossa metodologia de análise embasa-se no levantamento bibliográfico em jornais, sites e no testemunho de intelectuais próximos ao Podemos, de modo a reconstituir as origens de sua organização interna e do discurso hegemônico por eles empregado. Nossa hipótese se baseia no aporte gramsciano para pensar como a forma de organização política do Podemos conseguiu se afastar dos canais institucionais tradicionais, ao buscar disputar a

hegemonia dentro dos paradigmas da Modernidade Reflexiva, conforme a abordagem de Beck, e da “sociedade em redes”. Na conclusão, propomos que o Podemos se consolida a partir da articulação de uma nova materialidade com a produção de um novo discurso hegemônico, afirmando práticas organizacionais que se fazem ao largo dos canais institucionais e são promovidas por um número reduzido de mediadores, o que os aproxima do populismo tal como compreendido em Laclau. Isso, entretanto, se serve como um antídoto ao excesso de burocratização, coloca o desafio ao partido de manter uma estrutura formal partidária, ao mesmo tempo em que sua condição depende de manter a abertura para a promoção de lideranças distribuídas.

Podemos. Partido. Modernidade Reflexiva. Hegemonia. Gramsci.

* Graduando em Ciências Sociais pela PUC-Rio, obtendo domínio adicional no campo Cristianismo e o diálogo com o mundo contemporâneo e tendo participado de pesquisas na área da sociologia da educação, teoria das elites, formação do campo das ONGs no Brasil, Ação Católica e Esquerda Católica. Principais temas de interesse: teoria sociológica, sociologia política, sociologia da religião e teoria dos afetos. Email: patrickpinheiro@gmail.com

** Estudante de graduação em Ciências Sociais pela PUC Rio e em Direito pela UNIRIO. Membro do Grupo Ecopol/NELUTAS. Email: danielhmf11917@gmail.com

Abstract:

The current political context has imposed significant challenges for researchers who intend to focus on it. Among the various issues that prevail, the wearing down of conventional structures of political articulation emerges with particular relevance, necessitating a broad and deep approach, beyond jargons and polarizations. The present research seeks to understand how the movement-party Podemos has overcome the problems related to the crisis of institutional representation and has become a kind of "new modern prince", in the sense given by Gramsci. Our methodology of analysis is based on the bibliographical survey in newspapers, websites and the testimony of intellectuals close to the Podemos, in order to reconstitute the origins of their internal organization and the hegemonic discourse they use. Our hypothesis is based on the Gramscian contribution to think how the form of political organization of Podemos have been able to move away from the traditional institutional channels, producing a new hegemony within the paradigms of Reflective Modernity, according to Beck's approach, and the "network society". In the conclusion, we propose that articulation of a new materiality with the production of a new hegemonic discourse, promoted by a small number of mediators, is an essential key to understand a populism approach in Podemos. This, offers a defense to excessive bureaucratization, insofar as the party can only legitimize itself insofar as it remains open to social movements and reaffirms these values. However, it brings the challenge to the party of maintaining its formal structure without losing sight of the possibility of the self-government it seeks to emulate in its practice.

Podemos. Political Party. Reflexive Modernity. Hegemony. Gramsci.

INTRODUÇÃO

A presente investigação destina-se a abordar um fenômeno político que adquire grande relevância no cenário contemporâneo. São vastas as referências a respeito de um desconforto generalizado com a política, seja no senso comum, na imprensa jornalística e até mesmo em trabalhos acadêmicos. Esse desconforto logo se converte em uma pálida descrença em relação aos partidos políticos, sindicatos e até mesmo em relação às dimensões representativas da democracia, por mais que essa continue a ser valorizada enquanto ideal (MOISÉS, 2008). Contudo, esse desconforto parece indicar muito mais do que a crise de um modelo ideal de representação ou do *modus operandi* de instituições canonizadas. Esse parece apontar para mudanças profundas ocorridas na própria estrutura social que impõem seus desdobramentos às agendas políticas.

Nesse cenário, o partido político é o primeiro a sofrer com a crise. Nas grandes manifestações recentes ao redor do globo, de junho de 2013 ao movimento dos Indignados, passando por *Ocuppy Wall Street*, estão presentes a crítica e a ojeriza aos partidos políticos e às suas formas de representação tradicional (CASTELLS, 2013; DELCLÓS, 2015; GOHN, 2014). Os novos movimentos sociais, portanto, demonstram de

A MODERNIDADE REFLEXIVA E O SEU PRÍNCIPE:

maneira clara o desapareço pelos canais institucionais, identificando a forma partido como parte de uma mesma burocracia blindada às exigências do povo (BURGOS, 2013).

O partido político tradicional parece ter assumido uma configuração que se afastou da conceituação de Antonio Gramsci, quando esse o definiu como “o moderno príncipe” (GRAMSCI, 2016, p. 16). Seguindo uma nova leitura de Maquiavel, influenciada pelas discussões de Sorel, Gramsci propõe pensar o partido tal qual o mito do príncipe, isto é, enquanto alguém que ao mesmo tempo conduz o povo a um novo Estado e se confunde com o próprio. Entretanto, o partido seria um “moderno príncipe”, pois, atualmente, o príncipe só poderia ser “um organismo; um elemento complexo de sociedade no qual já tenha tido início a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e afirmada parcialmente na ação” (GRAMSCI, 2016, P.16).

Questionando o primeiro diagnóstico, eis que surgem partidos políticos e candidaturas que parecem ter a qualidade dos movimentos sociais de mobilização política nos tempos atuais e com capacidade de disputar e de ganhar os aparelhos do Estado. Para entender esse fenômeno de ressurreição dos partidos, é necessário compreender o que há de novo neles em termos de sua organização e capacidade de construção de hegemonia, em tempos de mudança da própria ideia de modernidade. Nosso objetivo se torna compreender os partidos-movimentos, isto é, partidos que, fazendo uso de uma retórica populista, puderam canalizar na forma do partido os protestos políticos de seus respectivos países (WALLERSTEIN, 2015), “buscando furar a alternância no poder mantida entre partidos conservadores e social-democratas moderados” (RODRIGUES, 2017, P. 21). Acreditamos que em tais partidos, estão presentes os dilemas atuais que precisam enfrentar para voltar a canalizar a vontade coletiva.

Para verificar tal questão, o presente artigo se volta ao caso do partido Podemos, na Espanha, por ser este considerado o caso mais exemplar. Seu sucesso estrondoso nas eleições espanholas e sua militância organizada por meio das redes tornaram-no um caso replicado para a Europa e para o próprio Brasil. Portanto, buscamos por meio do levantamento bibliográfico de fontes secundárias - jornais, sites, revistas científicas - e, também, da análise dos intelectuais que participaram desse movimento - Como Delclós

(2015) e Iglesias (2015) - reconstituir os caminhos de produção de uma hegemonia discursiva e dos seus métodos organizacionais, fazendo emergir a tensão existente entre a rigidez da forma partido, de um lado, e a fluidez das novas formas de mobilização, de outro. Essa análise seria, todavia, incompleta se não fosse observado o novo contexto estrutural de onde emerge o objeto de estudo. Por isso, o trabalho, primeiramente, busca conceituar a Modernidade Reflexiva, a partir das contribuições teóricas de Beck. Depois, procura-se compreender as mudanças no processo de hegemonia, estudado por Gramsci, a partir do impacto ocasionado pelas novas Tecnologias de Informação e Comunicação no fortalecimento da sociedade civil, e seus respectivos impactos na articulação política. Após, estudarmos as origens da organização do Podemos, entrelaçando-as ao processo de crise de hegemonia dos partidos tradicionais espanhóis, e procuramos mapear os principais problemas e soluções surgidos dentro do partido. Na conclusão, fazemos um balanço sobre a capacidade do partido de lidar com a verticalização e a produção de lideranças fixas em uma época de lutas por horizontalidade e participação.

Modernidade Reflexiva: mudança social e infraestrutura

Segundo Beck, a Modernidade Reflexiva constitui-se em um processo de destruição criativa pelo qual passa a sociedade industrial. Tal processo não se constitui em uma crise da modernidade ocidental, mas representa sua afirmação. Tal qual a modernidade simples (ou ortodoxa) significou primeiro a descontextualização das formas tradicionais de organização social e sua posterior recontextualização pela sociedade industrial, a modernidade reflexiva se caracteriza primeiro pela descontextualização das formas de organização social constitutivas da modernidade industrial e, depois, por sua recontextualização a partir de uma nova forma de modernidade. Assim, esse processo põe em curso uma importante transformação no campo das atuais formas de classe, status, organização política, familiar, papéis sexuais, produção industrial, etc (BECK, 2000).

O dinamismo dessa modernidade apresenta uma forma de pensar a mudança social fora dos parâmetros da ideia marxiana de revolução. Nele, a mudança se dá não a partir de crises sistêmicas do capitalismo, mas sim a partir de suas vitórias, sendo a

A MODERNIDADE REFLEXIVA E O SEU PRÍNCIPE:

radicalização da modernização industrial e não dependendo de decisões governamentais, nem sendo fruto de planejamento racional. Nasce da dinâmica das forças produtivas e com o aprofundamento de seu desenvolvimento, afirmando a ideia de que a transição de uma época social pode ocorrer de forma não intencional, escapando a todos os fóruns de decisão política e de controvérsia partidária. Esse fenômeno é também politicamente importante. Isso porque, por um lado, dá lugar a inseguranças profundas que, por sua vez, abarcam conflitos entre diversos grupos, que são tão difíceis de delimitar quanto as inseguranças que mobilizam. Por outro lado, o dinamismo característico desse processo tem consequências opostas, como o desenvolvimento tecnológico, a pauperização, e uma intensa globalização de riscos.

A modernidade reflexiva constitui-se, portanto, como um processo de autoconfrontação, ligado intimamente à emergência da sociedade de risco. Essa, por sua vez, remete à obsolescência da sociedade industrial e indica um momento da sociedade moderna em que os riscos sociais, políticos, econômicos e individuais tendem a escapar de suas instituições de proteção e monitoramento. Essa nova sociedade não é um fenômeno aberto à aceitação ou à rejeição, se dá de maneira latente, gestando-se no desenrolar dos processos de modernização autonomizada, que se torna também cega e surda quanto a seus efeitos e a suas ameaças. A abstração com relação a seus efeitos ocorre justamente porque a crença na sociedade industrial e em seus ideais de progresso ainda opera, secundarizando, assim, os riscos produzidos por ela. A transição autônoma, indesejada e imperceptível da sociedade industrial para a sociedade de risco, Beck chama de *reflexividade*, sendo a Modernidade Reflexiva a autoconfrontação com os efeitos da sociedade de risco, que não podem ser assimilados pelo sistema da sociedade industrial e nem medidos por seus mecanismos institucionais.

Dessa maneira, a sociedade de risco é caracterizada pela substituição de uma lógica de organização social baseada nos conflitos em torno da produção de bens e de sua distribuição por uma dinâmica fundamentada na produção de “males” e na distribuição destes. Esses novos conflitos, caracterizados como conflitos de responsabilidade distributiva, dizem respeito à questão de como distribuir, prevenir, controlar e legitimar os riscos gerados pela produção de bens. A sociedade de risco pode

ser entendida a partir de dois momentos distintos: o primeiro deles se constitui em um momento no qual os riscos são sistemicamente produzidos, mas não são publicamente discutidos e nem se tornam centros de conflitos políticos; o segundo é o momento em que as ameaças produzidas pela sociedade industrial começam a dominar os debates políticos e privados e se tornam lócus de conflitos. Assim, por um lado, a sociedade continua a tomar decisões e ensejar ações com base na lógica da velha sociedade industrial; por outro lado, o sistema social, as organizações de interesse, a política, etc., acabam se inserindo em conflitos que têm sua origem no dinamismo da sociedade industrial. Portanto, enquanto teoria social ou diagnóstico cultural, a teoria da modernidade reflexiva implica uma época em que os perigos produzidos até agora pela sociedade industrial passam a predominar, impondo a questão acerca da autolimitação de seu desenvolvimento e da tarefa de determinar os modelos até agora obtidos, levando em conta as ameaças potenciais.

Nesse ponto, torna-se importante ressaltar que essa modernidade se afirma sobre fatores que ultrapassam a lógica das classes, no sentido que não podem mais ser subsumidos a ela. Isso acontece porque a lógica da sociedade de risco traz consigo a globalização enquanto um fator importante, não só em seu sentido geopolítico, mas também social, na medida em que engendra uma universalidade dos riscos, que não respeitam mais barreiras de classes e podem atingir até mesmo seus produtores, naquilo que o autor chamou de efeito bumerangue.

A sociedade de risco implica em transformações de época e de sistemas, ou formas de organização, em três áreas distintas. A primeira delas é aquela que diz respeito à relação da sociedade industrial moderna com os recursos da natureza e da cultura. Essa transformação se funda no fato de que, mesmo que esteja embasada sobre esses recursos, eles estão sendo cada vez mais erodidos pelo próprio processo de modernização radicalizada que a sociedade industrial pôs em marcha, porém não mais controla. Essa questão não se manifesta apenas na natureza, com o esgotamento dos recursos ecológicos, mas também em relação aos recursos culturais humanos, como a organização familiar tradicional e os recursos do trabalho social.

A MODERNIDADE REFLEXIVA E O SEU PRÍNCIPE:

A segunda área diz respeito à relação com os perigos que a sociedade produz que extrapolam seus ideais de segurança e, por isso, são capazes de pôr em xeque as premissas que fundamentam a ordem social. Essa dinâmica aplica-se a componentes sociais como a lei e a ciência, mas ganha outro peso quando toca a política e seus espaços decisórios.

O terceiro aspecto diz respeito às fontes de significado, sejam elas coletivas ou individuais, que inserem-se em um processo de erosão e de desencanto. Segundo o autor, foram essas fontes que suportaram, durante o séc.XX, as democracias ocidentais e as comunidades econômicas e, com o seu desgaste, o peso dos esforços de definição acaba por recair sobre os indivíduos. A isto, Beck dá o nome de *processo de individuação*. Aqui, esse processo não se dá mais tal qual conceitualizado pela sociologia clássica, para a qual consistiria em as pessoas estarem não mais debaixo dos valores feudais-religiosos, mas sim imersas na sociedade de mercado. A presente *individuação*, posta em marcha na modernidade reflexiva, diz respeito ao fato de as pessoas estarem sendo soltas da sociedade industrial e inseridas em uma sociedade de risco global. Nela, espera-se que os indivíduos convivam com uma grande variedade de riscos, mutuamente contraditórios, sejam eles pessoais ou globais. Nesse contexto, as oportunidades, as ameaças e as ambivalências que antes podiam ser ultrapassadas nos grupos que localizavam socialmente os indivíduos, quer seja a família, as instituições de classe ou religiosas, precisam cada vez mais serem percebidas, interpretadas e geridas, pelos indivíduos. A isso somam-se uma fragmentação do self em discursos contraditórios e uma crescente complexificação social que torna o processo do indivíduo em tomar decisões cada vez mais difícil.

Hegemonia e vontade coletiva na Modernidade Reflexiva

Compreendemos que a Modernidade Reflexiva abre um novo capítulo nas relações sociais de produção. Contudo, a mudança nessas formas de organização ativam o político em um novo nível, assumindo a superestrutura um papel maior em relação ao que antes lhe cabia, a despeito da redução da força do Estado-Nacional. A nova articulação nos leva a crer que o príncipe moderno precisa apostar nas disputas hegemônicas em amplo diálogo com a sociedade. A partir do exemplo do Podemos, a

possibilidade de construir uma nova hegemonia passa, portanto, pela tentativa de conduzir o autogoverno pela sociedade civil. Compreendamos melhor o raciocínio.

Atualmente, o desastre pode ter condições cataclísmicas para todo o planeta. Como observado, o âmbito global do risco expõe a necessidade de monitoramento prévio de nossas ações e políticas, sem poder contar com o desenvolvimento irrefreado das forças produtivas. Portanto, se era a existência que definia a consciência, hoje, como diz Becker (2011), é a consciência que define a existência. Assim, o monitoramento de nossas ações redefine a dialética infraestrutura/superestrutura, libertando a consciência e redimensionando a luta para abarcar questões ambientais e simbólicas.

A ampliação do caráter superestrutural demonstra, mais uma vez, a atualidade do pensamento de Gramsci. A partir do conceito de hegemonia, o marxista italiano conseguiu avançar de maneira original no entendimento da ação política para além das reflexões marxistas de sua época. Gramsci observa que “a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos: como domínio e como direção intelectual e moral” (GRAMSCI, 2014, p. 62).

No primeiro caso, o grupo social domina seus adversários por meio da força. Essa característica obriga a utilização de uma série de aparelhos repressivos, do exército às polícias. No entanto, o grupo deve também dirigir os seus aliados e grupos afins, essa sendo a manifestação mais importante, pois ela é “uma das condições principais para a própria conquista do poder” (GRAMSCI, 2014, p. 62). Essa direção moral, intelectual e política exercida por um grupo no poder é a hegemonia, e sua ação permite que a classe hegemônica possa ampliar os seus quadros por meio da inclusão dos “elementos ativos dos grupos aliados e mesmo adversários”, movimento esse conhecido como transformismo.

Isso lhe permitiu um conhecimento renovado do Estado, o qual passou a ser visto de maneira ampliada como “hegemonia couraçada de coerção” (GRAMSCI, 2016, P. 268). Tal hegemonia não seria exercida pelos aparelhos de governo, a sociedade política, mas pelos aparelhos privados, esses no âmbito da sociedade civil. Para Gramsci, a grande característica das sociedades Ocidentais frente às Orientais é que o

A MODERNIDADE REFLEXIVA E O SEU PRÍNCIPE:

desenvolvimento do capitalismo nas primeiras fortaleceu o desenvolvimento dos aparelhos estatais e seu entrelaçamento à sociedade civil, como seria o caso dos grandes sindicatos e dos partidos de massas. (GRAMSCI, 2016, p. 24). A nova robustez e complexidade das relações dentro do Estado provoca uma modificação tática: “A fórmula da revolução permanente, (...), é ampliada e superada na ciência política com a fórmula da ‘Hegemonia Civil’” (GRAMSCI, 2016, p. 24). Em outras palavras, tomar o Estado de assalto, como na revolução russa, está fora de cogitação para as sociedades de capitalismo avançado, nas quais é preciso disputar o consenso e ganhar as instituições principais de onde se exerce o poder.

Como já vimos, o capitalismo apenas avançou desde a publicação dos cadernos, sendo a modernidade reflexiva resultado desse avanço. A mundialização do capital e o processo de compressão do espaço-tempo¹ levam à reconfiguração do Estado, o qual passa a estar constrangido em suas ações locais, por meio de diversas instituições internacionais que definem diretrizes de ação à pessoa jurídica do Estado (HARVEY, 2007), sendo essa uma limitação à atuação da sociedade política. Por outro lado, a sociedade civil é revigorada pelas transformações nas relações sociais de produção com o advento das novas tecnologias de comunicação e informação, como aponta Castells (2013).

O sociólogo espanhol observou que elas são condições necessárias à própria reflexividade, pois as redes reforçam a autonomia desse indivíduo e o processo de individuação. Esse processo aqui já mencionado ganha uma chave altamente positiva na análise de Manuel Castells, definindo-o como uma “tendência cultural que enfatiza o projeto dos indivíduos como supremo orientador de seu comportamento” (CASTELLS, 2013, P. 168). Tal projeto pode e é muitas vezes vinculado a causas coletivas como a questão ambiental ou a identitária. Assim, se o medo da sociedade de riscos de Beck nos coloca na condição de enxergar os problemas de maneira coletiva, a sociedade em redes

¹ O processo de compressão do espaço-tempo é definido por Harvey como a maneira pela qual o capitalismo precisa diminuir o tempo das informações e das transações comerciais, ao mesmo tempo em que busca se expandir espacialmente (HARVEY, 2007).

cria, segundo Castells (2013), um espaço de autonomia, nem público e nem privado. Tal espaço é impulsionado pela autocomunicação de massa: processo de comunicação que permite que mensagens sejam trocadas entre muitas pessoas de forma instantânea, podendo atingir um largo público ou ser transmitidas para um escopo reduzido, dependendo do interesse do emissor² (CASTELLS, 2009, P. 55). Esse processo permite a densificação das redes sociais, por meio da ampliação dos canais de comunicação e, mais importante, a redução do número de intermediários políticos para garantir a comunicação e a organização da ação política. Isso promove movimentos sem vínculos com os canais formais de liderança e poder (CASTELLS, 2013, P. 169).

Esse processo faz eco à racionalização demográfica de que fala Gramsci (2015). Estudado como parte do processo de formação dos Estados Unidos, Gramsci observa que a grande capacidade que esse tem de ampliar a acumulação capitalista e de introduzir em seus meios o fordismo, é resultado da ausência de classes parasitárias, isto é, classes que não teriam funções específicas no mundo da produção. Sem essa “camada de chumbo” que se acumularia em torno do Estado, a racionalização permitiu que a “hegemonia” nascesse “na fábrica” e necessitasse apenas “de uma quantidade mínima de profissionais da política e da ideologia” para ser exercida (GRAMSCI, 2015, P. 247-248).

Portanto, a hegemonia civil, apontada por Gramsci como a saída para as lutas em um sistema complexo, pode ser agora disputada e conduzida por uma quantidade mínima de intermediários, devido à racionalização demográfica que o processo de compressão do espaço-tempo produziu. Graças às Novas Tecnologias de Comunicação e Informação (NTICs), há um deslocamento na própria necessidade de um centro, impondo que as lutas sejam conduzidas por uma multiplicidade de canais em paralelo às instituições convencionais produtoras de consenso. Também aqui, “homens novos”

² O meio de autocomunicação não é a única forma de comunicação. Além dele, Castells destaca os meios de comunicação interpessoal, os quais acessam poucos indivíduos, mas tem a proeza de serem interativos. E os meios de comunicação sociais, destacando-se os meios de comunicação de massa, caracterizados pela capacidade, predominantemente unidirecional, de difusão de informação de um centro a uma larga audiência. Para um melhor debate sobre esses conceitos, Ver CASTELLS (2009).

A MODERNIDADE REFLEXIVA E O SEU PRÍNCIPE:

podem surgir, estimulados pelo processo de individuação e associativismo nascido nas dinâmicas de redes sociais, o qual se encontra em oposição aos canais tradicionais de produção de demanda.

Nesse sentido, a perda do número de intermediários também levou a uma compressão da burocracia e das fórmulas formais. A conjugação dos fatores acima assinalados - autocomunicação de massas e redução no número de intermediários políticos- mesclam-se com a própria crise de representatividade de forma a fazer emergir uma nova forma de organização. Tal forma seria caracterizada pela tensão entre a liderança dos movimentos e o controle exercido pelos seus membros (NUNES, 2015b). De tal tensão emerge o conceito de liderança distribuída, o qual pode ser entendido como:

(...) uma circulação da função de liderança que, com amplitude variável e apontando em direções variáveis, passa por diferentes nós e clusters em diferentes momentos. (...) Trata-se (...) de indicar aquilo que está escondido simplesmente por estar à vista de todos: que não há ausência de lideranças, mas de grandes lideranças, e uma proliferação de lideranças de médio e pequeno porte, bem como uma re-lativa abertura à possibilidade do aparecimento de novas lideranças. (NUNES, 2015c)

A alta responsividade dos membros de uma organização dentro do espaço autônomo da internet entra em contradição, portanto, com a rigidez e a formalidade que eram características da relação entre lideranças e liderados no passado. A partir de agora, as lideranças perdem as prerrogativas hierárquicas que lhes permitiriam adotar a postura de comando. Agora, com as redes, a necessidade de um único centro é substituída por formas “policêntricas” (NUNES, 2015b, p. 3671). O resultado disso é que a função de liderança passa a ser exercida apenas na medida em que se é capaz de obter seguidores (NUNES, 2015b, p. 3670).

A abertura constante obriga o líder a ser hoje em dia um sedutor. Em outras palavras, a maneira de produzir hegemonia implica na mobilização dos desejos latentes, uma vez que a sociedade das redes e da reflexividade não é uma sociedade formalizada. Para angariar apoio, é necessária a proximidade com as demandas. E o fato de que essas não se veem atendidas pelos canais de representação comum será um fator detonador da produção de vontades coletivas anti-institucionais, ou seja, do populismo.

Assim, dentro das novas formas de organização, está a necessidade de produzir um discurso capaz de articular as novas demandas, cimentando-as em uma causa comum. Dentro da lógica Laclauiana, a demanda social corresponde à unidade mínima de qualquer projeto político (LACLAU, 2013, p. 122). Toda demanda é uma solicitação ao sistema, sendo cada uma das demandas, em um primeiro momento, diferentes entre si. Entretanto, no instante em que o poder dominante se torna incapaz de atender às demandas de modo diferenciado - isto é, “cada uma delas isolada das outras” (LACLAU, 2013, p. 123)-, essas passam a produzir equivalências entre si. O resultado dessas equivalências de demandas é “um abismo cada vez maior a separar o sistema institucional das pessoas” (LACLAU, 2013, p. 124).

Aí está em embrião a caracterização do populismo: “(1) a formação de uma fronteira antagonista interna separando o ‘povo’ do ‘poder’ ; e (2) uma articulação de equivalentes das demandas, que possibilitam a emergência do povo” (LACLAU, 2013, p. 124). Para formar o populismo, falta apenas um último elemento: a hegemonia. À medida que as cadeias de equivalências de demandas são ampliadas, para que ocorra a sua estabilização na categoria de povo, torna-se cada vez mais difícil distinguir o inimigo de maneira clara, ao mesmo tempo que é mais difícil traçar os objetivos comuns. Para que essa operação ocorra, é necessário que uma das demandas particulares passe a representar a totalidade existente na cadeia de equivalências, uma operação que apenas pode ocorrer pelo esvaziamento tendencialmente total do seu conteúdo próprio. Esse processo de produção de um significante vazio é também o processo de produção do discurso hegemônico, esse entendido pelo autor como uma operação na qual se assume, “por meio de uma particularidade, um significado universal incomensurável” (LACLAU, 2013, p 120).

A lógica de produção populista é, portanto, uma lógica sempre anti-institucional e anti-status quo, uma lógica tal que é reforçada em meio a uma sociedade que passa a constituir canais de ação política ao largo do próprio sistema representativo institucional. A ação política pede que a vontade coletiva capaz de gerar o moderno príncipe se atente a um novo projeto de hegemonia que perpassa tais paradigmas. É nesse sentido que deve ser estudado o Podemos como um príncipe contemporâneo, o qual também será o

A MODERNIDADE REFLEXIVA E O SEU PRÍNCIPE:

primeiro partido a conscientemente aderir e defender à forma populista como se essa tivesse um caráter prescritivo de ação, ao ponto de sua principal liderança, Iglesias, defendê-lo como um dos eixos que conduzem a ação do partido (IGLESIAS, 2015).

Mas quais seriam as características que permitiriam que o Podemos fosse considerado como o Príncipe da Modernidade Reflexiva? Parafraseando o entendimento de Gramsci dos Partidos Políticos, poderia o Podemos ser visto como “a primeira célula, na qual se sintetizam germes de vontade coletiva(...)”? (GRAMSCI, 2016, P. 16) Parece-nos que, no sucesso estrondoso do partido e na sua capacidade de servir como um modelo para a produção de novas experiências partidárias ao redor do globo, estão respondidas as qualidades do partido de Iglesias, apesar de estarmos em uma era crítica aos canais institucionais. No sucesso do Partido Podemos, portanto, procuraremos compreender como uma nova organização pode emergir da forma partido, conectando-a às maneiras como as lutas sociais e as identidades coletivas são produzidas na Modernidade Reflexiva.

Analisando o Podemos: Práticas discursivas e Organizacionais

Podemos: do 15-M ao novo consenso hegemônico

O nascimento do Podemos está diretamente ligado à crise de hegemonia dos partidos tradicionais espanhóis. A crise espanhola causou uma taxa de desemprego de 23%, em 2011 (DELCLÓS, 2015, L. 108). 68% dos empregos destruídos foram temporários, os quais em sua grande maioria eram ocupados por jovens, mulheres e imigrantes. Grande parte desse aumento do desemprego foi resultado de um mercado de trabalho segmentado. A legislação trabalhista espanhola tornou-se muito flexível, permitindo a proliferação de trabalhadores voluntários. Sem sindicato ou poder de barganha, os efeitos do desemprego se fizeram sentir rapidamente no corte dos custos empresariais (DELCLÓS, 2015, L. 121).

Os efeitos mais nocivos da crise, entretanto, ficaram por conta da bolha imobiliária, tal qual nos EUA. A partir da Lei das terras de 1998, a financeirização do acesso à casa própria atingiu novos patamares em solo espanhol. Houve uma expansão

de 30%, ou 7 milhões de unidades novas. Todavia, ao invés de baratear o acesso à habitação, ocorreu um efeito inverso ao que a economia clássica prega: entre 1997 e 2007, os preços subiram 220%. Casas foram compradas com trinta a quarenta e cinco anos de hipoteca (DELCLÓS, 2015, L. 135). A dificuldade de pagar os aluguéis provocou uma média de 500 despejos por dia até o ano de 2013, deixando na rua 500 mil famílias espanholas (MARRA, 2014).

Devido à incapacidade dos principais partidos políticos em solucionar a crise sem dismantelar as proteções sociais da população, houve uma ampliação do descontentamento das massas. Houve, nesse momento, uma disrupção de hegemonia, pois, devido à crise espanhola- compreendida como possuindo uma natureza orgânica, pois estava vinculada ao sistema econômico-, os partidos tradicionais perderam a capacidade de dirigir os grupos sociais (IGLESIAS, 2015; GRAMSCI, 2013, P. 60). Esses, ao se inserirem na política, permitiram a produção de uma nova hegemonia a partir de novas práticas sociais. Com as acampadas - ocupações das praças- surge o 15-M e um projeto que se realiza em parte nos espaços autônomos das redes e em parte no espaço público das praças transformadas em palco de discussão. Isso abriu espaço para se forjar um novo consenso dentro da sociedade espanhola, estilizando os discursos de austeridade econômica que, em tempos recentes, haviam se tornado a tônica dos dois principais partidos políticos.

As praças contaram com três novidades básicas- de um lado um novo repertório político, ao procurar na ocupação das praças e do espaço público seu local de expressão; de outro, o uso de aparelhos digitais para difundir as informações da praça para toda a população, acompanhando as narrativas dos envolvidos; e por fim, uma organização molecular de demandas a partir da divisão de eixos temáticos de ação (DELCLÓS, 2015). Essa organização ficou conhecida como *mareas* e cuidaram de pautas como saúde, educação e moradia, sendo essa última um dos principais estopins da revolta³ (CAVA e BELTRÁN, 2015).

³ Entre 1997 e 2007, os preços subiram 220%. Casas foram compradas com trinta a quarenta e cinco anos de hipoteca. (DELCLÓS, 2015, L. 135). A dificuldade de pagar os aluguéis provocou uma média de 500 despejos por dia até o ano de 2013, deixando na rua 500 mil famílias espanholas (MARRA, 2014).

A MODERNIDADE REFLEXIVA E O SEU PRÍNCIPE:

O 15-M tinha o vigor dos movimentos sociais, mas faltava a associação voltada à disputa do poder, isto é, faltava a rigidez de uma forma partido para poder, de fato, modificar o sistema. Muitos, portanto, tentaram se encarnar enquanto príncipes da nova hegemonia que se instaurou com o 15-M.

Das alternativas partidárias que buscaram a proeza, a que mais se destacou foi o Podemos. Havendo lançado o manifesto fundacional do partido em 2014, foi capaz de, em uma semana, conseguir 50 mil assinaturas de fundação e, no mesmo ano, obter a quarta maior candidatura espanhola ao Parlamento Europeu⁴.

Um primeiro motivo para esse sucesso é a forte presença carismática de sua liderança, Pablo Iglesias. Iglesias é jovem como a maioria da sua equipe na direção do partido e participou da ocupação da Plaza del Sol. Também havia se tornado um ícone a frente do programa de entrevistas *La Tuerka*⁵.

O segundo ponto pode ser explicado pela sua produção discursiva. Podemos entrou no espaço aberto pelo 15-M, propondo a mesma narrativa em que os abaixo deveriam unir forças para derrotar a Casta Política. Nesse sentido, as principais pautas e demandas que o movimento havia levantado, o partido recanaliza, como projetos de disputa dentro do Estado. Não será por outro motivo que suas lideranças serão tão próximas do pensamento político de Ernesto Laclau (2013). Para o filósofo argentino, construir uma hegemonia era um processo pelo qual múltiplas demandas sociais se articulam em uma cadeia equivalencial por encontrar na ordem vigente um impedimento para se realizar. Disso resulta que essas demandas produzem um significante vazio, ponto no qual a heterogeneidade de demandas se veem representadas, para se oporem contra o Status Quo reinante, buscando sua superação.

No caso do Podemos, o significante vazio era o fim da austeridade, de onde se produziam novas coordenadas de antagonismo, opondo não mais esquerda e direita, mas sim os “debajo” contra a “Casta Política”.

⁴Agencia de Boletín del Estado. Junta electoral central. Disponível em: http://www.boe.es/diario_boe/txt.php?id=BOE-A-2014-6233. 2014.

⁵ Os vídeos disponíveis estão em: <http://www.latuerka.net/>.

Para atingir esse Povo, Podemos teve pouquíssima resistência, pois o discurso hegemônico que encampou já provinha do próprio movimento. Os Indignados já haviam produzido, internamente em suas rodas, muitas das reflexões, precisando o Podemos apenas reforçar a necessidade de se tomar o Estado pelas vias democráticas tradicionais⁶.

Essa sinergia ideológica é também facilitada por uma característica específica do partido, caracterizado por Espinosa e Sánchez “no es un partido con ciertos votantes y busca ampliar, sino que aprovechando el gran electorado descontento que ha crea el partido.” (s/d, P. 891).

Podemos: As práticas organizacionais

Seu maior mérito em relação aos partidos do século XXI não foi tanto a sua inovação discursiva, que permitiu a produção de uma vontade coletiva anti-establishment. Essa discursividade havia sido importada dos países Latino-Americanos, e nem sempre desembocara na direção do autogoverno. Assim, sua grande contribuição ao século XXI encontra-se em suas práticas políticas organizacionais que agora analisaremos.

A proximidade com o movimento também se fez sentir na sua estrutura interna. Procurou replicar do movimento as próprias práticas horizontais que foram sendo construídas durante o processo de acampadas. Os Círculos e a Asamblea são dois dos resultados positivos desse movimento, posto que permitiram a participação de um grande número de interessados nas decisões e na formação da agenda política do partido, em especial nos Círculos. Por esse motivo, essas formas organizacionais merecem uma atenção especial.

No site do Podemos, a Asamblea Ciudadana, formada pelo conjunto de cidadãos inscritos no partido, é descrita como:

“espacio donde se toman las grandes decisiones (elecciones primarias, elecciones a cargos internos, estrategia política, programa...) y donde todos los inscritos participan de forma directa e igual con voz y voto. Los únicos

⁶ A tomada do Estado por meio do jogo democrático é uma parte importante do manifesto de PODEMOS, Mover la ficha. (2014).

A MODERNIDADE REFLEXIVA E O SEU PRÍNCIPE:

requisitos para participar son: ser mayor de edad, comprometerse en la construcción de Podemos y aceptar su Código Ético”.

A Assembleia Cidadana é o órgão máximo do Podemos, sendo a partir dela que se decidem as diretrizes, o secretário geral e quem comporá a nova direção. Todos os inscritos no Podemos podem participar pela internet, sendo este número ao tempo do Congresso de Vista Alegre II de 456.720 pessoas (BLÁS, 2017).⁷

Já os Círculos são definidos como: “(...) agrupaciones voluntarias y abiertas de personas que convergen a partir de su interés por el cambio, y que se sustentan en la democracia y en la participación”. Há dois tipos de Círculos: os territoriais, que pertencem a um território determinado, e os setoriais, que trabalham uma área programática ou categoria profissional. É ainda dito que eles possuem “independencia organizativa siempre que se respeten los documentos aprobados por la Asamblea Ciudadana”. E ainda que:

“Cualquier persona puede poner en marcha un Círculo y realizar los trámites para que obtenga el estatus de «Activo» y así obtener el reconocimiento oficial y los derechos que le otorgan los documentos. No hace falta estar inscrito o ser miembro de Podemos”⁸.

A partir dos Círculos, a ideia de horizontalidade fica clara no programa do partido. Por não ser necessária a inscrição ou mesmo ser parte do Podemos, é possível a proliferação de apostas locais como Ahora Madrid, liderada por Manuela Carmena, e Barcelona en Común, por Ada Colau. Essas apostas locais foram criadas nos próprios Círculos, mas por lideranças e movimentos de fora do Podemos com o seu endosso. A vitória dessas duas candidaturas nas duas maiores cidades da Espanha serviu para energizar o “assalto aos céus” do movimento de Iglesias, ao mesmo tempo em que serviu como um limitador externo a qualquer projeto de verticalização do partido, portanto reforçando a horizontalidade (NUNES, 2015a).

Vale destacar que o uso massivo das redes sociais permitiu uma densificação e uma conexão nunca antes vistas. Seu partido pode fazer o que a muitos antes dele era impossível: viralizar. Com aplicativos fáceis de participação e de engajamento e uma interface confortável de seu website, o partido tornou-se, em poucos meses, o que tem o maior número de seguidores.

⁷ Disponível em: <https://podemos.info/organizacion>. Acessado dia 10/12/16.

⁸ Disponível em: <https://podemos.info/organizacion/>. acessado dia 10/12/16.

Em muitos sentidos, o Podemos pôde superar a adesão do 15-M com aplicativos mais fáceis de uso e uma proposta que incluía vias institucionais e, por isso, menos sacrificantes quanto aos ônus dos atos de desobediência civil (DELCLÓS, 2015). Seu desafio, porém, em promover uma forma mais fluída e comunitária a uma estrutura formal, encontra suas limitações. As vitórias constantes dos mesmos candidatos, apesar de um sistema participativo amplo e inclusivo, começam a pôr dúvidas sobre as capacidades do partido-movimento para lidar com essa questão. Como diz Espinosa e Sánchez (S/d, P. 894-895):

“Para que un sistema político sea considerado realmente abierto debe cumplir dos requisitos: Que todo el mundo pueda participar. Podemos abre el espacio de participación más que cualquier otra organización política. Sin embargo, el segundo requisito es la manera de votar, las reglas que deben seguirse para que todo el mundo pueda participar. La dirección de Podemos mantiene desde el inicio el control sobre las reglas del juego”.

Assim, percebe-se que a dinâmica de produção de lideranças conectadas ao processo político de horizontalidade pode reafirmar uma tensão interna. De um lado, a possibilidade maior de abertura existe de fato. De outro, a proximidade do partido com os ideais dos seus criadores limitam a própria dinâmica de distribuição. A bem da verdade, a primeira disputa acirrada produzida no interior do Podemos atribuiu-se ao conflito de suas duas principais lideranças: Iñigo Errejón, considerado o principal intelectual do partido, e Pablo Iglesias, presidente do Podemos. A vitória de Iglesias reafirmou, mais uma vez, a sua liderança política.

A alteração no sistema de votação para o Congresso de Vista Alegre II é um exemplo claro do que foi exposto. Essa disputa ocorreu entre três grupos, os pablistas, os errejonistas e os anticapitalistas, sendo que os dois primeiros eram os mais fortes. Iglesias, na disputa com Errejón, propôs uma modificação, anuída pela maioria dos inscritos, no sistema eleitoral da Asamblea Ciudadana, a fim de que as candidaturas que se coligassem levassem vantagens. Entretanto, o Secretário Geral do Podemos já estava coligado aos anticapitalistas, fazendo do seu grupo o grande beneficiário dessas medidas. (BLÁS; LLANERAS, 2016).

A MODERNIDADE REFLEXIVA E O SEU PRÍNCIPE:

A disputa, tanto como o resultado - a vitória absoluta de todas as propostas de Iglesias e sua maioria no Conselho-, reforçam a própria tese da centralidade. Apesar de canais mais abertos de acúmulos e demandas, são os mesmos indivíduos os mais propensos a mobilizá-los, devido a sua importância dentro da estrutura interna política.

Considerações Finais

O moderno príncipe de que falava Gramsci existiria na Forma do Partido e se faria presente como nova vontade coletiva. Essa sua ideia nos permite revisitar os partidos políticos, por meio de lentes que busquem acessar a sua vinculação orgânica ao *zeitgeist* contemporâneo. Claramente, da época de Gramsci para a nossa, houve modificações importantes na estrutura de um partido que se quer fazer como príncipe, tarefa que apenas cabe àqueles que conseguem produzir um novo consenso.

É nesse sentido que as reflexões em torno de Podemos ganham destaque. Seus feitos demonstram o êxito do partido em formular uma nova vontade coletiva compatível com o advento da Modernidade Reflexiva. Seu êxito articula-se em torno de duas tendências principais: de um lado, na materialidade de uma nova forma de organização; de outro, na produção de um novo discurso hegemônico. Tais categorias articulam-se imensamente, na medida em que o discurso só é eficaz por conta da prática e a prática é que permitirá a produção de um discurso eficiente.

Em termos materiais, as NTICs abriram espaço para um tipo de organização mais descentralizada e na qual houvesse um menor número de mediadores. Isso significava que, do mesmo modo que a “hegemonia nasce na fábrica” em tempos de americanismo, ela também nasce em contato direto com a sociedade civil, mas a partir de suas articulações ampliadas pelos meios de autocomunicação de massa. Também é verdade que esses espaços novos fortalecem a ação na Modernidade Reflexiva ao promoverem a individualidade e a autonomia, cabendo ao príncipe moderno saber como garantir uma estrutura formal, sem com isso perder a autonomia e a individuação como paradigmas da modernidade reflexiva. O complicado dessa tarefa pode ser melhor expresso na própria crítica que os movimentos Indignados tinham em relação a serem representados.

Sair dessa situação pede que o líder lidere na medida em que é seguido (NUNES, 2015b). Ou seja, apenas enquanto ele conseguir retirar o ceticismo popular e fazer com que os eleitores se identifiquem com as suas propostas e elas com os eleitores. Esse mecanismo obriga a se criar um sistema cada vez mais aberto de participação popular como dinâmica interna do próprio partido. Isso traduziu-se na criação de duas estruturas próximas às experiências populares vivenciadas nas ruas espanholas: a Asamblea Ciudadana, capaz de promover um sistema de votação direta dos membros inscritos e de constante debate temático interno; e os Círculos Ciudadanos, responsáveis pela descentralização em nível local.

Dentro da abertura que tais estruturas propõem, é possível observar uma força centrífuga, que tende à distribuição das lideranças, como foi o caso das vitórias eleitorais nas eleições municipais, capitaneadas por movimentos externos ao partido como o Ahora Madrid e Barcelona en Común. A descentralização dos Círculos foi de especial importância na demonstração da distribuição de lideranças. Isso porque, a partir deles, novas candidaturas independentes surgiram como a de Manuela Carmena, em Madrid, e a de Ada Colau, em Barcelona. As candidaturas de ambas eram legitimadas socialmente pela população e pelos movimentos sociais, tendo se valido dos Círculos para promover o debate com a população. Mesmo agora, a atuação de Errejón mais próximo a Camena demonstra as possibilidades de que as lideranças internas reconstruam dentro das suas disputas novas alianças que obriguem a aberturas constantes a divergências, permitindo o surgimento de lideranças não-formais em lógica de complementaridade (NUNES, 2015a).

Os polos de tensão comuns à liderança distribuída também se fazem operar na forma do partido: de um lado, a necessidade de lideranças centralizadas; de outro, essas apenas podem ser, na medida em que mantêm o sistema aberto a possíveis novas lideranças. Essa é uma das lógicas paradigmáticas dos partido-movimentos, pois estes precisam manter a abertura típica aos novos movimentos sociais, ao mesmo tempo em que precisam encerrar determinadas estruturas formais para a disputa do poder dentro da sociedade. É essa tensão que podemos verificar como parte do próprio Podemos.

A MODERNIDADE REFLEXIVA E O SEU PRÍNCIPE:

Devido às novas dinâmicas para liderar, é preciso ter seguidores, os quais terão de estar constantemente mobilizados pelos ideais defendidos. Para que tal ocorra, é necessária a adesão identitária às causas propostas, apenas permitindo que o líder atue enquanto se mantiver próximo de sua base. Portanto, a articulação das cadeias de demandas em discursos contra a casta política apenas foi possível porque as lideranças do movimento vivenciaram a política do dia-a-dia das praças, se colocando como lideranças na medida em que tinham proximidade identitária com as causas. Será essa aproximação que permitirá ao partido emergir-se enquanto vontade coletiva ex-novo, valendo-se do momento de “crise de hegemonia” em que o sistema representativo espanhol se encontrava. Crise devida, por um lado, à incapacidade do sistema de absorver as demandas sociais e, por outro, à incapacidade dos partidos tradicionais de produzirem um discurso que pudesse garantir a direção moral e política.

Dado esse cenário, fica mais do que claro o motivo pelo qual o livro de Ernesto Laclau se tornará uma forma de ação prescritiva aos dirigentes do partido. A situação que enxergavam era a de crise de hegemonia, possibilitando a construção de uma narrativa contra-hegemônica que pudesse galvanizar as diferentes demandas em torno de um “assalto” ao sistema político. Daí segue-se também outra característica importante do partido: ele consegue se conectar diretamente com as demandas populares em um momento de crise e espalhar e propagar sua mensagem de maneira veloz por meio do domínio que tinham dos meios de comunicação de massa.

A própria maneira como tratam o populismo de maneira prescritiva parece sinalizar uma outra condição da modernidade reflexiva. Os atores sociais em tal modernidade devem ter consciência de si mesmos. Nesse sentido, um movimento nascido entre cientistas políticos, produzindo uma reflexão sobre si mesmo, é capaz de fazer pensar a própria prática política como populista. A partir daí, é fácil pensar em como avançar sendo fiel a essa nova prerrogativa. Assim, o que vemos é uma unidade entre a teoria e a prática, por meio de uma nova organização partidária, em si muito menos burocratizada e institucionalizada.

A longo prazo, entretanto, a tática populista incentivou uma tendência à personalização, tendência observada pelo próprio Laclau, que afetou em muito a

autenticidade das bases democráticas. A identificação do movimento do Podemos com algumas lideranças políticas enfraquece as possibilidades de horizontalidade. Também, as possibilidades de que os próprios membros das diretorias decidam as regras do jogo reforça ainda mais a capacidade dessas lideranças de se reproduzirem no poder. A própria disputa de Errejón e Iglesias pode ser vista como um exemplo desse problema.

Desse ponto não decorre em si uma falha de morte no sistema do partido. Ao contrário, como podemos perceber, as novas formas de organização social, ao permitirem a constante abertura à sociedade civil organizada, promovem o funcionamento próximo aos movimentos sociais. Tais formas somente podem se legitimar enquanto são capazes de permitir tal abertura. No próprio Podemos, suas principais tendências a uma maior centralização burocrática são constantemente freadas pela própria abertura do partido, o qual, para sobreviver, precisa ser capaz de se mobilizar enquanto força antissistema, reafirmando os paradigmas por trás do próprio movimento 15-M. Nesse sentido, as contradições do Podemos ajudam-nos a demonstrar os problemas das estruturas clássicas da forma partido. Entretanto, seu relativo êxito merece ser estudado e apreciado. O Podemos é um caso que surge das condições específicas espanholas, contudo, seus ensinamentos são capazes de nos fazer vislumbrar, por entre frestas, os caminhos pelos quais a forma partido ainda pode propagar as dinâmicas de lutas coletivas no século XXI.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLÁS, Elsa García de. **Las claves del congreso de Vistalegre 2**: Podemos celebra este fin de semana su segunda asamblea ciudadana estatal. El País. Congreso de Podemos. 11/02/2017. Disponível em: <https://politica.elpais.com/politica/2017/02/10/actualidad/1486714637_185757.html>. acessado em 19/03/2017.

_____. Llaneras, Kiko. **Iglesias y Echenique plantean un sistema de votación que les da ventaja, según los errejonistas**. El País. 14/12/2016. Disponível em: <https://politica.elpais.com/politica/2016/12/14/actualidad/1481735514_699168.html>. acessado em 19/03/2017.

BECK, Ulrich. A Reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. IN BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização Reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. Tradução de Maria Amélia Augusto. Oeiras: Celta Editora, 2000.

A MODERNIDADE REFLEXIVA E O SEU PRÍNCIPE:

_____. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade.** Tradução de Sebastião Nascimento; São Paulo: Editora 34, 2011.

BURGOS, Marcelo. **O levante democrático das ruas no Brasil.** Boletim Cedes. julho-setembro, 2013.

CAVA, Bruno; BELTRÁN, Sandra Erencón. Da crise capitalista a reinvenção da democracia na Espanha e na Grécia. In: CAVA, Bruno; BELTRÁN, Sandra Erencón (org.). **Podemos e Syriza: Experimentações políticas e democracia no século 21.** São Paulo: Annablume. 2015.

CASTELLS, Manuel. **Communication Power.** 1ª ed. New York. Oxford. 2009

_____. **Redes de Indignação e Esperança: movimentos sociais na era da internet.** 1ª. Rio de Janeiro. Zahar. 2013.

DELCLÓS, Carlos. **Hopes is a Promise: From the indignados to the rise of Spain.** London: Zed books Ltd. 2015.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo.** Petrópolis-RJ: Vozes, 2014.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere.** Vol. 3. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2016.

_____. **Cadernos do Cárcere.** Vol. 6. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

_____. **Cadernos do Cárcere.** Vol. 5. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2014.

HARVEY, David. **A Brief History of Neoliberalism.** Oxford. Oxford University Press. 2007.

IGLESIAS, Pablo. Entender Podemos. **New Left Review**, 93. Pp. 9-32. Jul/Ago, 2015.

LACLAU, Ernesto. **A Razão Populista.** 1ª ed. Trad. Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

MARRA, Agnese. Podemos: das calçadas para as urnas de Espanha. **Carta Capital**, 8 de jun. 2014. Disponível em <<http://www.cartacapital.com.br/revista/806/das-calçadas-para-as-urnas-1443.html>>. acessado 10/12/16.

MOISES, José Álvaro. Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 23, n. 66, p. 11-43, fev. 2008.

NUNES, Rodrigo. Espanha: das redes aos partidos e vice-versa. in: CAVA, Bruno; BELTRÁN, Sandra Erencón (org.). **Podemos e Syriza: Experimentações políticas e democracia no século 21.** São Paulo: Annablume. 2015a.

_____. The Network Prince: Leadership between Clastres and Machiavelli. **International Journal of Communication** 9. P. 3662-3679. 2015b.

_____. Anônimo, vanguarda, imperceptível. **Revista Serrote** nº24. 2015c. Disponível em:

<http://www.revistaserrote.com.br/2016/11/anonimo-vanguardia-imperceptivel-por-rodrigo-nunes/>.
Acessado dia 20/10/17

PODEMOS. **Mover la ficha:** convertir la indignación en cambio político. disponível em: <https://www.cuartopoder.es/alsoldelacalle/files/2014/01/Mover-ficha-convertir-la-indignacio%CC%81n-en-cambio-poli%CC%81tico.pdf> . acessado dia 11/12/16. 2014

RODRIGUES, Theófilo Codeço Machado. **Partidos-movimento:** a relações entre partidos políticos e sociedade civil no limiar do Século XXI. Tese (doutorado em ciências sociais). Orientador: Luís Jorge Werneck Vianna. Departamento de ciências sociais. P. 212. 2017

WALLERSTEIN, E. **A hora dos partidos movimentos.** Publicado. 18/06/2015. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/2015/06/18/wallerstein-a-hora-dos-partidos-movimentos/>.
Acessado dia: 20/10/2017.

Sites visitados:

Agencia de Boletín del Estado. Junta electoral central. Disponível m: http://www.boe.es/diario_boe/txt.php?id=BOE-A-2014-6233

PODEMOS. **Organización.** Disponível em <https://podemos.info/organizacion/>. acesso em 10/10/17

Recebido em 04/11/2017
Aprovado em 03/06/2018